AS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS ECONÔMICAS GLOBAIS E AS PROPOSTAS CURRICULARES DE GEOGRAFIA NA AMÉRICA LATINA

Maria das Graças de Lima

Professora do Departamento de Geografia (DGE), da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

mariagr.lima@uol.com.br

RESUMO: Considerando como ponto de partida a realidade educacional brasileira, dirigimos nossa pesquisa para estudos que explicassem o processo de implementação das propostas curriculares de Geografia no sistema de ensino nacional, dada a frequência com que isso ocorre. Investigamos as propostas buscando verificar se consideravam a atuação dos professores e se respondiam ainda às necessidades da sociedade brasileira. Neste sentido, verificamos que os conteúdos sugeridos pela proposta da UNESCO, em 1940, e pelos Conselhos de Geografia Norte americanos ainda influenciam as propostas curriculares, principalmente os conteúdos sugeridos para as séries iniciais, com forte referência a Cartografia Escolar. As propostas curriculares de Geografia, aprovadas para o Ensino Fundamental e Médio, em 1997, no Brasil, ainda circulam essas sugestões. Em estudo comparativo entre Brasil e Espanha, sobre o processo de implementação das últimas propostas curriculares, foi possível verificar que tais propostas acompanharam as mudanças político-econômicas adotadas por inúmeros países, principalmente a partir da década de 1970 e 1980, com ascensão de medidas neoliberais, representadas pela flexibilização do mercado e do trabalho, mas com extrema concentração do capital. No Brasil, essas mudanças curriculares ocorreram a partir de 1996, com a aprovação das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDBs); e 1997, com a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia (PCN). Essas mudanças foram realizadas em inúmeros países, simultaneamente, com destaque para dois deles na década de 1980: Estados Unidos e Japão. Nos países europeus as mudanças começaram a partir de 1980 e se estenderam até a década de 1990, como foi o caso da Espanha, que fez sua reforma em 1991. A atuação como professora de Geografia nos permitiu acompanhar esse processo, primeiro em sua implementação e posteriormente em sua análise, por meio da revisão bibliográfica, reconhecendo que a proposta brasileira foi influenciada pela proposta curricular espanhola, implementada em 1991, ambas influenciadas pelas propostas norte-americanas para o ensino de Geografia. Foi possível verificar que a diferença entre o Brasil e a Espanha se deu no processo de implementação das propostas. Se na Espanha esse processo não sofreu interrupções, mas sim ajustes, principalmente no apoio às diversas práticas que vão se constituindo na atividade do professor, por meio da produção de inúmeros e diversos recursos didáticos; no Brasil foi diferente. Marcado por um histórico de muitas propostas, tanto em nível estadual, quanto federal, essas propostas se alternam no sistema de ensino e na prática dos professores, imprimindo uma descontinuidade permanente nas práticas de sala de aula, tanto no que se refere ao conhecimento veiculado, quanto na produção dos recursos didáticos necessários. A descontinuidade das propostas resultou em uma relação de desconfiança entre os professores e as secretarias de educação. Utilizamos referenciais bibliográficos que nos ajudaram a desvendar os problemas relacionados às propostas curriculares (Michel Apple) e o ensino de geografia no Brasil (Propostas Curriculares Nacionais de 1985 e 1997), além de diversos autores que tratam o ensino de Geografia (Nídia Pontuschka, Rafael Straforini, Helena Callai, Lana Cavalcante).

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Geografia, propostas curriculares, políticas econômicas.